



Minuta da Acta nº 20/2011

	Presentes	Faltas	
		Justif.	N Justif.
Presidência CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS	P		
Vereadores LEONOR COUTINHO PEREIRA DOS SANTOS	P		
FREDERICO MANUEL PINHO DE ALMEIDA	P		
ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES	P		
MIGUEL PINTO LUZ	P		
ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO	P		
PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA	P		
ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA	P		
MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO	P		
JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO	P		
NUNO FRANCISCO PITEIRA LOPES	P		

Observações: *Os. Vereador Alípio Magalhães deu entrada na sala às 9:52, quando era apresentado ao ponto 4 do PAOD.*

Os. Presidente da Câmara deu entrada na sala às 10:03, quando era apresentado ao PAOD

Hora de Abertura: 9 horas e 38 minutos

1. Actas de reuniões Anteriores:

- Apresentação: - *Acta n.º 16/2011, de 5 Setembro*

2. Balancete

Resumo Diário da Tesouraria nº 196 de 14 | 10 | 2011

Operações Orçamentais	<i>€ 2.264.151,99</i>
Operações Não Orçamentais	<i>€ 1.531.337,12</i>

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INÍCIO 9:38

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES DE MENDONÇA referiu que a CDU está preocupada com as medidas anunciadas pelo Governo no âmbito do Orçamento de Estado para 2012 e que vão ter grande impacto junto dos portugueses nomeadamente nos pensionistas e funcionários públicos. Trata-se de medidas que apenas se limitam a obedecer cegamente àqueles que ditam o rumo do país, não procurando alternativas de sustentabilidade ou mesmo incentivos para o aumento da produção, nomeadamente obtendo quotas que beneficiem ou aumentem a nossa produtividade, mas pelo contrário, muitas vezes aceitando medidas económicas da União Europeia estranguladoras da nossa produtividade. Os que não são responsáveis por esta situação estão a pagá-la com medidas desmesuradas e autoritárias, quando aqueles que foram responsáveis passam impunes. Põem-se mesmo em causa a constitucionalidade de algumas medidas, que deixam de ser temporárias para ser por anos. Mais grave foi a afirmação do Senhor 1º Ministro, ao dizer que os salários da função pública são superiores aos do sector privado, quando se sabe que isso não é bem assim e muita gente já referiu isso mesmo, porque não se pode comparar por exemplo um vencimento de um médico ou de um juiz, com um ordenado de um administrativo, de um operário, ou de um motorista e estes sim são a maioria dos salários. Agora misturando tudo e somando tudo naturalmente que a média sobe, mas isso não quer dizer que a maioria dos funcionários tenha salários mais elevados que no sector privado. Muitos são até mais baixos. Por exemplo o índice 100 que é a referência para os ordenados na função pública, é inferior ao salário mínimo nacional. Quanto aos pensionistas é a mesma coisa. É natural, como refere o Secretário-Geral do PCP, que todos estes sectores abrangidos se sintam revoltados e por isso têm direito à indignação. A deterioração do Estado Social é grande e grave e a manifestação ocorrida no passado Sábado é prova disso mesmo. Naturalmente que tudo isto irá ter reflexos no Poder Local, na segurança, no comércio, no turismo, e na sociedade em geral, e naturalmente junto das instituições de solidariedade social tudo isto irá fazer aumentar ainda mais os pedidos de ajuda. Logicamente que Município tem os seus limites e por isso mesmo não deixará também de vir a ressentir-se de toda esta situação e não deixará de sentir dificuldades em acorrer a todos os pedidos. Mais uma vez chama a atenção que não se deve tratar as pessoas abrangidas pelas medidas de modo insensível e ter dois pesos e duas medidas, umas para o sector privado e outras para o sector público. O desemprego não para de aumentar, o que vai criar mais descontentamento na população o que é susceptível de provocar o

descontrole da situação e o poder local será um dos primeiros a ressentir-se. A Câmara de Cascais tem procurado acorrer às situações mais graves na medida das suas possibilidades mas não pode acorrer a tudo e tem de ser a nível do Governo e das medidas que são tomadas que a situação se tem de resolver. O Governo não se pode limitar a tomar medidas meramente técnicas e de índole economicista, tem de haver um equilíbrio em tudo isto e ter em conta também a parte humana. Outra situação que gostaria de abordar tem que ver com a alteração do posicionamento remuneratório dos trabalhadores municipais. Desconhece se têm sido atualizadas as listagens dos trabalhadores que são abrangidos e que atingiram os dez pontos. A informação que possui é que não têm havido essas listagens de atualização, quando havia o compromisso para atualizar, sendo que até ao final de 2010 haveria 200 funcionários abrangidos por essa situação. Gostaria ainda de abordar uma situação que tem a ver com a EMAC. Em reunião de Câmara de 9 Maio de 2011 foi aprovada por unanimidade a atribuição de um prémio de produtividade, em conformidade com o regulamento existente, deliberação sustentada com um parecer jurídico solicitado pela administração da EMAC a um escritório de advogados reconhecido, o qual confirmou inequivocamente a assertividade do entendimento da administração da EMAC sobre o pagamento dos prémios de produtividade. Segundo informação que lhe chegou, decorridos cinco meses, não foram ainda pagos esses prémios de produtividade, havendo uma informação da EMAC de 27 de Setembro, baseada num ofício da DGAL, a informar todos os colaboradores que, com efeitos imediatos, são suspensos os prémios de produtividade e são nulos e de nenhum efeito os valores por conta de prémios de produtividade referentes aos colaboradores com avaliação positiva no decurso do ano de 2011. Este executivo não recebeu nem aprovou qualquer proposta da EMAC no sentido anular a deliberação de Câmara de 9 de Maio sobre o prémio de produtividade. Por isso gostaria de saber o que é que se passa. A DGAL, cujo ofício é invocado na informação da EMAC, tem força para contrariar uma deliberação de Câmara, suportada num parecer jurídico de uma entidade reconhecida e que esclarece nesse parecer que o prémio de produtividade não é um prémio de desempenho? Será que não se deveria refutar o ofício da DGAL com base nesse parecer jurídico? Se a EMAC pediu o aval desta Câmara para se poder pagar o prémio de produtividade, porque é que depois não o pagou? As deliberações de Câmara não são para ser cumpridas? Pensa que um conselho de administração de uma empresa municipal não deve ter uma atitude desta natureza e ela não é a mais correta.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, na ausência do Senhor Presidente que por ter presidido à sessão de abertura do curso do INSEAD a nível do

empreendedorismo social, não pode estar presente no início dos trabalhos, esclareceu o Sr. Vereador Pedro Lopes de Mendonça que, em relação à EMAC, esse ofício e os pareceres jurídicos da tutela foram omitidos à empresa e a esta Câmara e quando houve conhecimento deles a administração da EMAC decidiu informar os trabalhadores da situação que se estava a passar. O Senhor Presidente da Câmara teve uma reunião com os sindicatos e o parecer da DGAL nada altera a posição deste executivo, que é favorável ao pagamento dos prémios de produtividade e se assim não fosse naturalmente não se teria aprovado essa proposta. Agora a Câmara tem de respeitar as decisões da tutela e que se sobrepõem a pareceres jurídicos. De qualquer modo o processo ainda não está fechado, a EMAC está a procurar junto da DGAL alertá-los para esta situação e a tentar que seja revista esta posição. Está igualmente agendada reunião com os sindicatos e com o Senhor Presidente da Câmara, conjuntamente com a administração da EMAC e também com a sua presença, de modo a informar os trabalhadores e poder-se de alguma forma chegar a um entendimento, mas tem de haver compreensão de todas as partes, porque não é possível ultrapassar aquilo que a lei determina. Por outro lado, importa esclarecer que a Câmara Municipal tomou uma posição enquanto acionista, mas depois o conselho de administração da empresa é responsável pelos seus atos. Isto é, a Câmara não pode pretender obrigar o conselho de administração a tomar uma decisão que está contra pareceres da tutela. Portanto existe perfeita sintonia política e estratégica entre este executivo e as administrações das empresas municipais das quais o Município é acionista, mas também tem de se perceber que a tomada de posição da Câmara sobre esta matéria no passado foi para ir em reforço da posição que o conselho de administração já tinha e dessa forma sinalizar a tutela que a posição do município como um todo é favorável ao pagamento dos prémios de produtividade. Mas se a tutela entende que não pode ser, então tem de se procurar uma solução. Concorda com o Sr. Vereador que o executivo municipal deveria ter sido atempadamente informado do desenvolvimento deste processo antes até dos trabalhadores, mas compromete-se a ir mantendo, a partir de agora, o executivo a par do evoluir desta situação, como vereador responsável pela ligação CMC/EMAC.

A SR^a. VEREADORA CONCEIÇÃO CORDEIRO esclareceu, relativamente às alterações de posicionamento remuneratório, que as listagens estão na intranet, devidamente atualizadas, com os nomes das pessoas que vão vendo a sua posição remuneratória alterada. O que sucedeu foi que houve um primeiro grupo de trabalhadores elevado que viu a sua posição alterada porque decorria de dois ou três anos anteriores cujo processo não tinha sido ainda regularizado, mas agora esse processo vai evoluindo de forma mais gradual e à medida que as avaliações de

desempenho se vão fechando. Entretanto vai ser feito um ponto da situação aos dirigentes e ao executivo relativamente à avaliação de desempenho, que é relevante para este efeito, porque relativamente a 2010 há ainda alguns serviços com algum atraso. Presume até que possam ter a avaliação feita, só que não está ainda carregada na aplicação informática. Portanto e em síntese pode dizer que não tem conhecimento de alterações de posicionamento remuneratório que não estejam nas listagens atualizadas, mas em todo o caso vai confirmar isso.

A SR^a. VEREADORA LEONOR COUTINHO tomou a palavra para assinalar os dados sobre o turismo no concelho que foram publicados. Foram conhecidos os dados a 31 de Agosto e que são extremamente positivos para Cascais, uma vez que há um aumento de 4% no número de dormidas em hotéis em relação a ano passado e que Cascais apresentou mesmo em relação ao todo nacional, uma boa performance, o que é muito importante para Cascais, uma vez que este concelho depende muito do turismo e é de facto uma fonte de receitas, uma fonte de prestígio e uma fonte de interligação e de diversidade do concelho, o que é sempre positivo. Analisando no entanto os números, o que se verifica é que este crescimento de 4% se pode dividir em duas partes em que os hotéis de 3 e 4 estrelas têm um crescimento de 6%, mas os hotéis de 5 estrelas têm um decréscimo de 3%. Ou seja, há claramente duas performances completamente diferentes e até ficou um pouco admirada, porque normal e tendencialmente e com o tipo de eventos levados a cabo em Cascais e o próprio prestígio de Cascais, o que era expectável era o contrário e até se costuma dizer que em períodos de crise em relação aos mais ricos não há crise e a tendência é até de fazer hotéis de 5 estrelas e portanto entende que seria importante perceber-se porque é que, na classe justamente mais alta, se está a decrescer, o que contraria completamente a outra tendência. Por outro lado gostaria de chamar a atenção, dada a importância do turismo no concelho, e dado agora as medidas de aumento do IVA, que não tem implicação nos hotéis mas tem muita implicação na restauração, se há números e se era possível monitorizar o impacto que isso possa ter no turismo a nível da restauração em Cascais, porque vale a pena que a Câmara acompanhe este sector e se vá apercebendo aquilo que se está a passar para ver em que medida se pode manter a importância do turismo no concelho.

O SR. VICE-PRESIDENTE precisou que são 4% em dormidas, mas há aqui outras grandezas que são importantes relevar, nomeadamente o tempo de permanência, que aumenta, que é uma variável que tem em conta a qualidade dos conteúdos que o concelho disponibiliza. Portanto o que se constata é que as pessoas aumentam o seu período de permanência para poderem usufruir de todos os conteúdos que o concelho disponibiliza, seja em eventos, seja em conteúdos museológicos, culturais

ou outros e esta é uma variável que constantemente é monitorizada. Outra questão que é importante é o “Rendimento por Quarto Disponível” e também aqui Cascais está na linha da frente, como sempre teve de resto, ainda que em período de crise. No que diz respeito à restauração e ao aumento do IVA, é uma preocupação deste executivo e quando ainda só se colocava esta questão como mera hipótese, a DNA Cascais, na sua vertente Comércio, começou a desenvolver, em conjunto com a Câmara, o Cascais Restaurant Week, uma iniciativa idêntica à que já acontece em Lisboa, em Loulé e noutros concelhos, e onde os melhores restaurantes de Cascais vão estar agrupados nessa oferta em termos de evento. A monitorização que está a ser feita pela DNA Cascais não é uma monitorização distante, é uma monitorização permanente e presente, tendo até em consideração que é uma realidade diferente da hotelaria e que por isso obriga a um contacto direto e permanente com os agentes da restauração para compreender a situação e ir acompanhando a par e passo o evoluir da atividade. No que diz respeito aos hotéis de 5 estrelas, notou-se de facto esse decréscimo, que é estranho, e está a falar-se com a Associação de Hoteleiros no sentido perceber o que é que se está a passar, até porque a oferta de hotéis de 5 estrelas aumentou e portanto logo em dormidas isso devia ter um impacto direto. Vai aumentar no próximo ano com a inauguração da Pousada da Cidadela com 127 quartos e que já tem a ocupação de Verão lotada. O que se sabe é que os hotéis de 4 e 5 estrelas no período de Verão estão cheios e o que importa é combater a sazonalidade e nesse sentido, por exemplo, fazer que um conjunto de eventos possam ocorrer na época de Inverno, o que poderá ajudar a combater essa sazonalidade.

O SR. VEREADOR ALEXANDRE FARIA salientou um evento extraordinário que ocorreu ontem no Auditório da Senhora da Boa Nova, que aliás resultou de um apoio concedido pela Câmara Municipal, que foi a comemoração dos 20 anos da independência da República da Moldávia e que trouxe a Cascais o maior compositor moldavo da atualidade -Eugen Doga- que encheu por completo o Auditório da Sr^a. da Boa Nova. Foi um sucesso extraordinário, que o deixou pessoalmente até bastante surpreso pela dimensão que atingiu e foi mais um momento de afirmação de Cascais na recepção que faz a eventos deste género, para além do facto da Embaixada da Moldávia ter escolhido Cascais para comemorar aqui os seus 20 anos de independência, o que nos deixou a todos extremamente satisfeitos. Não podia deixar de salientar esta ocorrência, agradecendo também a todos os colegas do executivo que colaboraram na realização deste evento, nomeadamente a Sr^a. Vereadora Ana Clara Justino, que na parte cultural deu um apoio inestimável com a disponibilização de um piano de alto nível para o compositor poder tocar, e ao Sr. Vereador Nuno Piteira Lopes e ao Sr. Vice-Presidente que com as suas áreas

permitiram que Cascais marcasse este evento de uma forma absolutamente assinalável.

O SR. VEREADOR JOÃO SANDE E CASTRO realçou as boas condições de segurança em que decorreu esta época balnear que agora terminou. Este ano não se registaram casos de grande relevância em matéria de segurança, o que é bom, e os números da criminalidade habitualmente associados à época balnear foram bastante inferiores aos anos anteriores. Queria deixar uma nota de congratulação à PSP, porque estes resultados foram obtidos graças à sua ação em colaboração naturalmente com as outras forças de segurança. Deixava também a nota que a própria PSP registou com muito agrado a presença dos "Marézinhas" nas praias, uma vez que não tendo obviamente quaisquer funções a nível da segurança, é sempre uma presença que alerta para situações que podem evoluir para algum problema de segurança e essa presença deles nas praias foi um dos factores que a própria Polícia de Segurança Pública considera como positivos para que esta época balnear tenha decorrido com a máxima tranquilidade.

O Período de Antes da Ordem do Dia terminou às 10:05

- PONTOS PRÉVIOS:

A)- ADITAMENTO À PROPOSTA DE ANÁLISE E PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO PREVENTIVA DA REVISÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA E ALTERAÇÕES A INTRODUZIR À PROPOSTA DE PLANO DE PORMENOR DO ESPAÇO DE REESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA DE CARCAVELOS SUL.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada com 1 abstenção do Sr. Vereador Pedro Lopes de Mendonça da CDU.

3. DESPACHOS, NOTAS DE SERVIÇO:

3.1. DESPACHOS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento,

3.2. NOTAS DE SERVIÇO.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

4. DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL:

NOTA: *O Sr. Vereador Miguel Pinto não esteve presente na sala no momento da discussão e votação deste ponto.*

4.1. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ACADEMIA DE ARTES E LETRAS.

Aprovado por unanimidade.

4.2. CONTRATAÇÃO DA “J.T. ASSOCIADOS – PLANEAMENTO E ENGENHARIA, LDA.”.

Aprovado por maioria com 1 voto contra de CDV e 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

4.3. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO ÂMBITO DA PARAMETRIZAÇÃO DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE DO MODELO CONCEPTUAL DA CONTABILIDADE DE CUSTOS.

Aprovado com 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

4.4. PLANO E ORÇAMENTO:

NOTA: O Sr. Vereador João Saúde e Antas não esteve presente na sala no momento da discussão e votação deste ponto.

4.4.1. RATIFICAÇÃO-15ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES PLANO 2011-2014 E 15ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2011.

Apurado em 4 abstenções, sendo 3 do Sr. Vereador do PS e 1 do Sr. Vereador da CDU.

4.4.2. EMPRÉSTIMO PARA EXECUÇÃO DE DIVERSAS OBRAS E PROJETOS DE INVESTIMENTO ATÉ AO MONTANTE DE € 24.200.000,00 – REAJUSTAMENTO DOS MONTANTES PREVISTOS POR PROJETOS.

Apurado por unanimidade.

4.5. APROVISIONAMENTO:

4.5.1. PROC. C – 1679/2011 - AJUSTE DIRETO P/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA VIGILÂNCIA E DE PORTARIA PARA AS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS – ADJUDICAÇÃO.

Apurado por unanimidade.

4.5.2. CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NAS DIVERSAS ESCOLAS DO CONCELHO DE CASCAIS – PROC. C-1521/2008 – C-1982/2009 – C-514/2010 – RENOVAÇÃO DE CONTRATO.

Apurado por unanimidade.

4.6. GESTÃO PATRIMONIAL:

4.6.1. CONVERSÃO DA CONFIGURAÇÃO DA PARCELA OBJETO DA ESCRITURA DE PERMUTA REALIZADA EM 23/11/2001.

Aprovado por unanimidade.

4.6.2. ALTERAÇÃO DA FINALIDADE DA PARCELA DE TERRENO CEDIDO EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, SITA NA RUA DO CARRASCAL, N.º.443 EM MANIQUE.

Aprovado por unanimidade.

5. PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO:

NOTA: O Sr. Vereador Niquel Pinto hy não esteve presente na sala no momento da discussão e votou deste modo com excepção do ponto 5.1B

5.1. REQUISIÇÃO INTERNA N.º 21620/2011 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO DA “PROPOSTA DE MELHORIA DO MODELO DE TRANSPORTES E REPARTIÇÃO MODAL INCLUINDO FORMAÇÃO ON THE JOB”.

Adiado.

5.2. ADJUDICAÇÃO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA, QUE ACOMPANHA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL, AO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO (IST).

Aprovado com 4 abstenções, sendo 3 do Sr. Vereadores do B e 1 do Sr. Vereador de ADU.

5.3. REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010, PROPOSTA N.º 1310/2010, RELATIVA À ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO MUNICIPAL, ALVARÁ PER 1 – QUINTA DOS GAFANHOTOS – CARCAVELOS.

Aprovado por unanimidade.

5.4. DECLARAÇÃO AMBIENTAL DO PLANO DE PORMENOR DO ESPAÇO TERCIÁRIO DE SASSOEIROS NORTE.

Aprovado por unanimidade.

5.5. DECLARAÇÃO AMBIENTAL DO PLANO DE PORMENOR DO ESPAÇO DE ESTABELECIMENTO TERCIÁRIO DO ARNEIRO.

Aprovado por unanimidade.

5.6. PROPOSTA DE RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO DO PLANO DE PORMENOR DE ALCABIDECHE.

Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador da CDU,

5.7. PROPOSTA DE RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO DO PLANO DE PORMENOR DE ALCORVIM DE CIMA E ALCORVIM DE BAIXO.

Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador da CDU,

5.8. PROPOSTA DE RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA AREIA.

Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador da CDU.

5.9. PROPOSTA DE RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ATROZELA.

Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador da CDU.

5.10. PROPOSTA DE RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO DO PLANO DE PORMENOR DO AUTÓDROMO.

Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador da CDU.

5.11. PROPOSTA DE RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA BISCAIA E DA FIGUEIRA DO GUINCHO.

Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador da CDU.

5.12. PROPOSTA DE RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA BOCA DO INFERNO.

Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador da CDU.

5.13. PROPOSTA DE RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO DO PLANO DE PORMENOR DO CABREIRO.

Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador da CDU.

5.14. PROPOSTA DE RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA CHARNECA.

Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador da CDU.

5.15. PROPOSTA DE RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA MALVEIRA DA SERRA E JANES.

Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador da CDU.

5.16. PROPOSTA DE RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO DO PLANO DE PORMENOR DE MURCHES.

Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador da CDU.

5.17. PROPOSTA DE RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO DO PLANO DE PORMENOR DE ZAMBUJEIRO.

Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador da CDU.

5.18. ANÁLISE E PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO PREVENTIVA DA REVISÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA E ALTERAÇÕES A INTRODUIZIR À PROPOSTA DE PLANO DE PORMENOR DO ESPAÇO DE REESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA DE CARCAVELOS SUL.

Aprovado em 10 votos a favor do Sr. Vereador da CDU.

6. ATIVIDADES ECONÓMICAS:

NOTA: *O Sr. Presidente não esteve presente na sala no momento da discussão e votação deste ponto.*

6.1. CONSULTA PÚBLICA DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS.

Aprovado por unanimidade.

6.2. HASTA PÚBLICA PARA ATRIBUIÇÃO DE LUGARES NO MERCADO SALOIO DO MERCADO DE CASCAIS - APROVAÇÃO DA NORMAS DA HASTA PÚBLICA.

Aprovado por unanimidade.

7. REQUALIFICAÇÃO URBANA:

NOTA: *O Sr. Presidente da Câmara não esteve presente na sala no momento da discussão e votação deste ponto.*

7.1. ALTERAÇÃO DO PONTO 8.1 DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 04 FEVEREIRO DE 2002 RELATIVO À APROVAÇÃO DO PROCESSO DE RECONVERSÃO URBANÍSTICA Nº 2.988/99 DENOMINADO BAIRRO DAS GALERIAS EM MANIQUE DE BAIXO – FREGUESIA DE ALCABIDECHE.

Aprovado por unanimidade.

7.2. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO, POR SUBSTITUIÇÃO, DOS PROPRIETÁRIOS NÃO ADERENTES, A ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DO BAIRRO MIRA ATLÂNTICO - € 3.222,90.

Apurado por unanimidade.

7.3. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO, POR SUBSTITUIÇÃO, DE PROPRIETÁRIOS NÃO ADERENTES, A ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DO BAIRRO PEÇA DE REBOLIA SITO EM ALCABIDECHE- € 13.792,70.

Apurado por unanimidade.

8. JUVENTUDE E CONHECIMENTO:

8.1. CONFERÊNCIAS DO ESTORIL 2011 – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS – € 100.000,00.

Apurado por unanimidade.

8.2. PROGRAMA DE OCUPAÇÃO DE JOVENS – PROJETO DASE – “GESTÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES” – PAGAMENTO DE BOLSA A PARTICIPANTE – € 640,00.

Apurado por unanimidade.

8.3. PROGRAMA DE OCUPAÇÃO DE JOVENS – PROJETO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ACESSO À INFORMAÇÃO – PAGAMENTO DE BOLSA A PARTICIPANTES – € 6.400,00.

Apurado por unanimidade.

8.4. OCUPAÇÃO DE JOVENS – PROJETO DHS – PROJETO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SÓCIO TERRITORIAL – PAGAMENTO DE BOLSAS – € 800,00.

Aprovado por unanimidade.

9. RECURSOS HUMANOS:

NOTA: O Sr. Vereador Miguel Pinto Ly não estava presente na sala no momento da discussão e votação deste ponto.

9.1. NOVOS HORÁRIOS A PRATICAR NO DEPARTAMENTO DE CULTURA/DIVISÃO DE MUSEUS MUNICIPAIS.

Aprovado por unanimidade.

9.2. PROLONGAMENTO DO PERÍODO CRÍTICO DO TRABALHO PRESTADO PELOS SAPADORES FLORESTAIS EM RÉGIME DE TURNOS ATÉ 31 DE OUTUBRO DE 2011.

Aprovado por unanimidade.

10. AMBIENTE:

NOTA: O Sr. Vereador Miguel Pinto Ly não estava presente na sala no momento da discussão e votação deste ponto.

10.1. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À JUNTA DE FREGUESIA DE PAREDE PARA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR – € 49.896,77.

Aprovado por unanimidade.

11. CULTURA:

NOTA: O Sr. Vereador Miguel Pinto Ley não estava presente na sala no momento da discussão e votação deste ponto

11.1. DOCUMENTOS PARA ABATE.

Aprovado por unanimidade.

11.2. APOIO À ATIVIDADE REGULAR - ESCOLAS DE MÚSICA DO CONCELHO – ANULAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO.

Aprovado por unanimidade.

11.3. ATIVIDADE REGULAR 2011 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO CORO DE CÂMARA DE CASCAIS - € 650,00.

Aprovado por unanimidade.

11.4. ATIVIDADE REGULAR 2011 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO A GRUPOS TEATRO AMADOR - GRUPO DE INSTRUÇÃO POPULAR DA AMOREIRA - € 2.000,00.

Aprovado por unanimidade.

11.5. APOIO A ATIVIDADE REGULAR - ESCOLAS DE MÚSICA DO CONCELHO - € 28 800,00.

Aprovado por unanimidade.

11.6. ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE ATENDIMENTO NA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DE RANA.

Aprovado por unanimidade.

11.7. ADITAMENTO AO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE NOSSA SRA. DA ASSUNÇÃO E RESSURREIÇÃO DE CRISTO.

Aprovado por unanimidade.

12. EDUCAÇÃO:

12.1. APOIO A PROJETOS - INICIATIVAS EDUCATIVAS AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NÃO AGRUPADAS DO CONCELHO DE CASCAIS – 2011 / 2012 - € 69.618,00.

Aprovado por unanimidade.

12.2. ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO DESIGNADO POR EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO ESCOLA EB1 E JI PADRE AGOSTINHO DA SILVA” - DEIE – OBRA Nº 6/2011 – € 1,00.

Aprovado por unanimidade.

12.3. APROVAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES REFERENTES À EMPREITADA “PROJETO DE RECUPERAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA EB1 Nº.3 DE TIRES”.

Aprovado por unanimidade.

12.4. CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA – € 51.660,00.

Aprovado em 3 abstenções do Sr. Vereador do PS.

12.5. ATUALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DE SOFTWARE DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO DE EDUCAÇÃO – € 46.494,00.

Aprovado em 3 abstenções do Sr. Vereador do PS.

12.6. HOSTING APLICACIONAL DO SOFTWARE DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO EDUCACIONAL – € 41.844,60.

Aprovado em 3 abstenções do Sr. Vereador do PS.

13. DESPORTO:

13.1. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A FUNDAÇÃO FAUSTO DE FIGUEIREDO - ATRIBUIÇÃO DE APOIO PARA ORGANIZAÇÃO DO TORNEIO INTERNACIONAL DE FUTEBOL JUVENIL ESTORILFOOT 2011 - ANULAÇÃO DO CABIMENTO DO REMANESCENTE NO VALOR DE € 1.094,00.

Aprovado por unanimidade, nos termos da participação dos discussos e votos do Sr. Vereador Alexandre Faria do PS.

13.2. PROTOCOLO DE GESTÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO ALCABIDECHE - TRANSFERÊNCIA DE € 2.212,00 PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE ALCABIDECHE.

Aprovado por unanimidade

13.3. CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A FORTALEZA DE CASCAIS, E.E.M., RELATIVAMENTE À UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DA ABÓBODA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO NO VALOR DE € 50.000,00.

Aprovado por unanimidade.

13.4. ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO – ATIVIDADES DESPORTIVAS REGULARES – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO DE PATINAGEM DE LISBOA NO VALOR DE € 2.732,58.

Aprovado por unanimidade.

13.5. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TÊNIS – FINANCIAMENTO DE € 10.000,00.

Aprovado por unanimidade.

13.6. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O SURFING CLUBE DE PORTUGAL – FINANCIAMENTO DE € 12.000,00.

Aprovado por unanimidade.

14. DESENVOLVIMENTO SÓCIO TERRITORIAL:

14.1. APOIO A ASSOCIAÇÃO LAVOISIER, PARA DESENVOLVIMENTO NO CONCELHO DE CASCAIS DE UM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA INFANTIL – “CARTA DE PEÃO INFANTIL – MOBILIDADE AUTÓNOMA SEGURA” – € 2.700,00 - NO ÂMBITO DE PARCERIA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO “CARTA DE PEÃO INFANTIL – MOBILIDADE AUTÓNOMA SEGURA”.

Apuro do Sr. Presidente

14.2. PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASCAIS – PROJETOS DA CASA GRANDE DA GALIZA – APOIO FINANCEIRO NO VALOR DE € 73.942,50.

Apuro do Sr. Presidente

14.3. APOIO AO CENTRO COMUNITÁRIO DA PARÓQUIA DE CARGAVELOS NO ÂMBITO DA CANDIDATURA À LINHA DE ATENDIMENTO CIDADÃO SÉNIOR CASCAIS - € 25.000,00.

Apuro do Sr. Presidente

14.4. ATRIBUIÇÃO DE APOIO A DIVERSAS ORGANIZAÇÕES, NO ÂMBITO DO PROGRAMA “CASCAIS EM FÉRIAS” PARA A REALIZAÇÃO DE CAMPOS DE FÉRIAS ONDE PARTICIPAM CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÓMICA (2ª TRANCHE) - € 10.980,00.

Apuro do Sr. Presidente

14.5. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À S.C.M.C. E AO CENTRO COMUNITÁRIO DA PARÓQUIA DE CARCAVELOS PARA APOIO AO FUNCIONAMENTO DOS CENTROS DE DIA – “ESPAÇOS SENIORES” - € 19.344,00.

Agordo por unanimidade.

14.6. EXONERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS DA SUA QUALIDADE DE SÓCIA DO CENTRO DE APOIO AO DEFICIENTE.

Agordo por unanimidade.

14.7. PROTOCOLO – “PROJETO TERAPIA FAMILIAR”- PROPOSTA DE NOVO ACORDO.

Agordo por unanimidade.

15. RELAÇÕES INTERNACIONAIS:

15.1. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FUNDAÇÃO UNIR – FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE NOSSA SENHORA – PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA VALA PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO ATL (ANIMAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES) – FLORINHAS DE S. FRANCISCO - € 6.500,00.

Agordo por unanimidade.

16. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO:

16.1. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE AO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA CMC, NO ÂMBITO DA IMPLEMENTAÇÃO DA PLATAFORMA DE ATENDIMENTO MULTICANAL.

*Apurado em 3 etapas em
Sis. Servidores de PS.*

17. DIVERSOS:

17.1. CONCURSO PÚBLICO “REABILITAÇÃO DA CASA SOMMER – CENTRO HISTÓRIA LOCAL /ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS” – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 104/2011.

Apurado por unanimidade.

17.2. ACORDO DE COLABORAÇÃO NA ÁREA DA AÇÃO ESCOLAR – CERCICA – COOPERATIVA PARA A EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE CASCAIS, C.R.L. – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 109/2011.

Apurado por unanimidade.

17.3. CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A ESUC – EMPRESA DE SERVIÇOS URBANOS DE CASCAIS, E.M. RELATIVO À OBRA DENOMINADA “RECUPERAÇÃO REABILITAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DA CASA DA HORTA” – CASCAIS, NO VALOR DE € 200.000,00.

Apurado por unanimidade.

18. INFORMAÇÕES:

18.1. COMUNICADOS DE IMPRENSA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

18.2. ENCERRAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CASCAIS – CASA DA HORTA DA QUINTA DE SANTA CLARA E ABERTURA DE POSTO DE ATENDIMENTO TEMPORÁRIO NA LOJA GERAÇÃO C CASCAIS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

18.3. DECISÃO DO JÚRI DO PRÉMIO INTERNACIONAL DE COMPOSIÇÃO FERNANDO LOPES GRAÇA / 2011.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

18.4. DECISÃO DO JÚRI DO PRÉMIO INTERNACIONAL DE COMPOSIÇÃO MACHADO E CERVEIRA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

18.5. PROGRAMA CULTURAL - NOVEMBRO 2011.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

18.6. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – SETEMBRO 2011.

A Câmara Municipal tornou subscrito.

18.7. FINANCIAMENTO E ENDIVIDAMENTO – SETEMBRO 2011

A Câmara Municipal tornou subscrito.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Início 11:02

1- ALBINO CARNEIRO DE OLIVEIRA.

Não compareceu

2- ALBERTO JORGE BATISTA MARTINS.

Morador na Av^a. das Tílias, 37 – S. Pedro do Estoril.

Reclamou da falta de limpeza do terreno sito por detrás do prédio Poente à Av.^a das Tílias, situação que leva à proliferação de ratos e perigo de incêndio. Já foram efetuados contactos junto dos serviços municipais, mas até à data ainda não foram efetuadas diligências para resolver o problema, apesar das insistências da administração do condomínio daquele prédio.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA informou que a Fiscalização Municipal tem acompanhado esta situação e há um Processo de Limpeza, com o nº 128/2010, constituído em nome das proprietárias do terreno e que deu origem à notificação das mesmas para proceder a essa limpeza. De acordo com a informação das proprietárias, estão a pedir orçamentos para proceder a essa limpeza. Caso ela não tenha lugar nos próximos quinze dias, a Fiscalização Municipal remeterá o processo à EMAC para esta fazer a limpeza e posteriormente apresentar a despesa às proprietárias do terreno.

3- JOÃO DO CARMO ALVES.

Morador na Estrada Manuel Correia Lopes, Polima.

Deu entrada a um requerimento para pedido de alteração ao Alvará de Loteamento nº 1158 - Processo nº 303/2011 e que veio a ser indeferido. Entretanto foi informado que em resultado desse indeferimento a Câmara irá proceder à demolição da parte edificada que não está legalizada. Sucede que neste imóvel está instalada uma empresa, onde trabalham 9 pessoas e serve igualmente como habitação de 6 pessoas, pelo que apela à Câmara que seja sensível a esta situação, embora reconheça que haja algum excesso de construção, mas foi uma forma de resolver o problema das pessoas.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA disse que procura ser sempre sensível a este tipo de problemas e procura sempre ajudar as pessoas, naturalmente respeitando as normas legais aplicáveis. Neste caso existe um alvará que permite uma determinada área de construção e quando ele foi emitido o Sr. João do Carmo Alves podia ter aproveitado a oportunidade para, em sede de audiência prévia, se

pronunciar sobre as disposições que o Alvará estabelece para a sua propriedade. Não o fez. Agora, havendo uma discrepância entre o que está no alvará e aquilo que está construído, naturalmente que os serviços têm de ajustar essa situação, tanto mais que aquilo que lá está construído não permite de forma alguma vir a ser legalizado. Quanto à sua indústria, a Câmara poderá dar algum apoio na cedência de um terreno, não dentro do bairro naturalmente, mas muito próximo. É intenção da Câmara retirar de dentro dos bairros indústrias, oficinas, etc., já que são muitas vezes alvo de reclamações dos moradores, por ruídos, por questões de segurança, etc., e tendo a Câmara terrenos nas imediações dos bairros, mas fora deles, a ideia é proceder à venda desses terrenos e deslocalizar essas indústrias para esses espaços. Pensa que isso trará vantagens também para os próprios empresários, já que ficam com instalações mais adequadas para o exercício da sua atividade, com locais de estacionamento, etc., e não são alvo de reclamações das outras pessoas.

O Sr. João do Carmo Alves disse que só recebeu a alvará há cerca de 2-3 meses e desconhecia que podia participar e fazer alguma reclamação. Se quanto à indústria a Câmara poderá dar a sua ajuda, o seu problema mantém-se quanto à habitação, já que se diz que ela vai ser demolida.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA disse que a habitação não está em causa, desde que se ajuste àquilo que foi aprovado pelo alvará. Mas recomendava ao Sr. João do Carmo Alves que voltasse a reunir com os serviços municipais para procurar uma solução.

4- JORGE TEIXEIRA DA MOTA.

Desistiu.

5- JOSÉ FRANCISCO TEIXEIRA LOPES.

Não compareceu.

6- EMA BERTA VALENTE SENA DOS SANTOS.

Não compareceu.

7- DOMINGAS EDUARDA ABEL SOBRINHO.

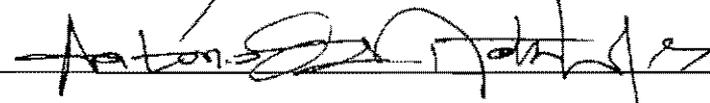
Moradora no Bairro da Cruz Vermelha – Praceta da Índia – Alcoitão.

Tem um pedido de habitação social desde 2004, que nunca obteve resposta positiva, apesar de ter sido visitada por uma assistente social para avaliar as condições em que habita. Do seu agregado familiar fazem parte três pessoas, estando neste momento grávida e partilha a sua casa com outra família.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA informou que a munícipe está registada na base de dados das pessoas com carência habitacional. Existem 7.624 agregados familiares registados a aguardar igualmente uma casa, sendo que 468 desses casos são de situações graves. Da análise que os serviços fizeram à situação desta família, naturalmente que é uma situação preocupante, mas infelizmente há outras situações bem mais graves, pelo que a Câmara prioritariamente procura acorrer a essas situações, pelo que a família da S^ª. Domingas terá de aguardar uma oportunidade. De qualquer modo o Sr. Vereador Frederico de Almeida contactará a Sr^ª. Domingas para analisar a situação.

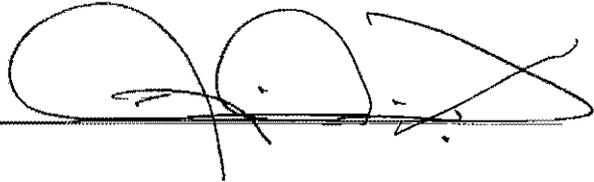
O Período de Intervenção do Público terminou às 11:35.

Às 12 horas e 29 minutos foi aprovada e assinada esta minuta e encerrada a reunião.

Eu,  a subscrevi.

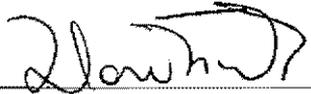
O Presidente

CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS



Os Vereadores

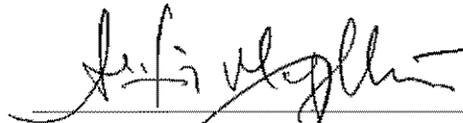
LEONOR COUTINHO PEREIRA DOS SANTOS



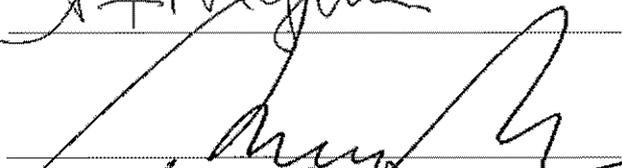
FREDERICO MANUEL PINHO DE ALMEIDA

FREDERICO PINHO DE ALMEIDA

ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES



MIGUEL PINTO LUZ



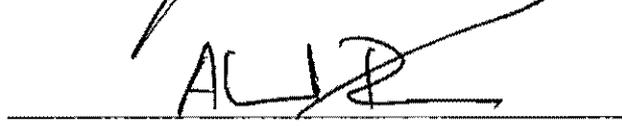
ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO



PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA



ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA



MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO

Maria da Conceição R. de Salema Cordeiro

JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO



NUNO FRANCISCO PITEIRA LOPES

